Processo TC 000.734/2015-2 (com 196 peças)
Tomada de Contas Especial
Recursos de Reconsideração

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recursos de reconsideração interpostos, de forma individual, pela sra. Caroline da Rosa Quevedo (peça 180) e, conjuntamente, pelo Instituto Educar e Crescer (IEC) e pelas sras. Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo e Ana Paula da Rosa Quevedo (peça 133) contra o Acórdão 4.314/2019-1ª Câmara (peça 109), cuja redação é a seguinte:

“VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade de Ana Paula da Rosa Quevedo; André Vieira Neves da Silva; Caroline da Rosa Quevedo; Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo; Luiz Henrique Peixoto de Almeida; Conhecer Consultoria e Marketing Ltda - Me e Instituto Educar e Crescer-IEC em face do não alcance dos objetivos pactuados no Convênio 1.141/2008, firmado entre o Ministério do Turismo e o IEC, com o objetivo de dar apoio ao evento ‘Temporada de Praia Alta do Rio Crixás’; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir Eurides Farias Matos (CPF 308.088.801-44) do rol de responsáveis da presente tomada de contas especial;

9.2. julgar irregulares as contas do Instituto Educar e Crescer - IEC (CNPJ 07.177.432/0001-11), dos membros de sua diretoria à época, Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo (CPF 785.537.681-04), Ana Paula da Rosa Quevedo (CPF 001.904.910-27) e Caroline da Rosa Quevedo (CPF 021.098.961-08), da empresa Conhecer Consultoria em Marketing Ltda. (CNPJ 07.046.650/0001-17) e de seus sócios à época, André Vieira Neves da Silva (CPF 000.932.651-07) e Luiz Henrique Peixoto de Almeida (CPF 058.352.751-53), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas ‘c’ e ‘d’, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos III e IV, do Regimento Interno do TCU;

9.3. condenar os responsáveis mencionados no subitem anterior, com fundamento no art. 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculado a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, com o abatimento dos valores acaso já ressarcidos, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
100.000,00	19/8/2008

9.4. aplicar a Ana Paula da Rosa Quevedo (001.904.910-27); André Vieira Neves da Silva (000.932.651-07); Caroline da Rosa Quevedo (021.098.961-08); Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo (785.537.681-04); Luiz Henrique Peixoto de Almeida (058.352.751-53); IEC Instituto Educar e Crescer (07.177.432/0001-11) e Conhecer Consultoria e Marketing Ltda - Me (07.046.650/0001-17), individualmente, a multa prevista do art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RITCU, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional,

atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do RITCU, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor.

9.7. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RITCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.”

As irregularidades pelas quais os recorrentes foram condenados foram assim descritas nos expedientes citatórios (peças 25 a 27 e 32):

“a) (...) não terem comprovado a regularidade da execução física e financeira dos serviços objeto do Convênio 1141/2008, em desacordo com as Cláusulas Segunda, Terceira, item II, alíneas ‘a’ e ‘b’, do referido Termo de Convênio, evidenciada pelas seguintes constatações:

a1) apresentação de fotos ilegíveis e/ou insuficientes na prestação de contas final, que não permitem a comprovação da participação das bandas contratadas no evento, nos dois dias e no município objeto do convênio, conforme Nota Técnica de Reanálise 248/2011 do MTur;

a2) apresentação de nota fiscal da empresa Conhecer Consultoria em Marketing Ltda., na prestação de contas, que não identifica quem fez o atesto dos serviços em nome do IEC, pois há apenas uma rubrica sem a devida identificação do nome da pessoa e de seu respectivo CPF ou RG, o número do convênio a que se refere, os custos unitários por banda contratada e o valor recolhido do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS);

a3) homologação e adjudicação da inexigibilidade de licitação, bem como o contrato firmado com a empresa Conhecer Consultoria em Marketing Ltda. foram exarados em data anterior à própria celebração do convênio, conforme Nota Técnica de Reanálise 248/2011 do MTur; e

a4) ausência de cadastramento no Siconv dos elementos relacionados ao processo de inexigibilidade supostamente realizado pelo IEC para contratar a empresa Conhecer Consultoria em Marketing Ltda. (procedimento de cotação de preços, comprovação de que a empresa era a representante exclusiva das bandas contratadas, atos de homologação e adjudicação da inexigibilidade de licitação e o contrato firmado), não comprovando, assim, a escolha da empresa supra e o preço praticado, em desacordo com a Cláusula Terceira, Item II, alíneas ‘h’, ‘i’, ‘j’ e ‘bb’, do Convênio 1141/2008, e com os princípios da impessoalidade, da moralidade e da economicidade previstos no art. 45 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008 vigente à época;

b) (...) seguintes apontamentos feitos pela Controladoria-Geral da União na Nota Técnica 3.096/DRTES/DR/SFC/CGU-PR:

b1) existência de vínculo entre as Senhoras Idalby Cristine Moreno Ramos, Ana Paula de Rosa Quevedo e Caroline da Rosa Quevedo com a empresa Conhecer Consultoria em Marketing Ltda.;

b2) não localização da empresa Conhecer Consultoria em Marketing Ltda. em seu endereço constante do Sistema CNPJ e de seus documentos fiscais; e

b3) constatações feitas a respeito das empresas Cenarium Consultoria, Projetos e Eventos Ltda.; Prime Produções Culturais Ltda.; e Clássica Comércio de Eletrônicos e Produções Ltda., as quais o IEC convida rotineiramente nas cotações de preços supostamente realizadas, que, segundo os relatos da Controladoria-Geral da União, ora não podiam ser encontradas nos seus endereços indicados, ora se apresentavam com outro nome, ou já tinham saído a um bom tempo do local/endereço informado.”

Os recursos de reconsideração foram conhecidos por Vossa Excelência, com efeito suspensivo (peças 158 e 192).

A Secretaria de Recursos – Serur examinou as alegações recursais e, em pronunciamentos uniformes, formulou a seguinte proposta de encaminhamento (peças 195 e 196):

“(…) com base nos artigos 32 e 33 da Lei 8.443/92, combinados com o art. 285 do RI/TCU, conhecer e:

- a) negar provimento aos recursos Ana Paula da Rosa Quevedo, Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo e Instituto Educar e Crescer – IEC;
- b) dar provimento ao recurso de Caroline da Rosa Quevedo, julgando as contas regulares da responsável e afastando as condenações contidas nos itens 9.3 e 9.4 do *decisum*;
- c) dar ciência aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado de Goiás da decisão que vier a ser adotada.”

II

O Ministério Público de Contas diverge, parcialmente, da proposta de encaminhamento formulada pela Serur, pois entende que não merece ser dado provimento ao recurso de reconsideração interposto pela sra. Caroline da Rosa Quevedo, que, à época dos fatos, era a tesoureira do Instituto Educar e Crescer (IEC).

De acordo com o auditor da Serur, a responsabilidade da sra. Caroline da Rosa Quevedo pelo débito discriminado no acórdão recorrido deveria ser afastada pelas seguintes razões:

- a) não houve prática de atos de gestão próprios que pudessem implicar a imputação de responsabilidade, pois, na função de tesoureira, não era da alçada da recorrente fiscalizar a higidez da aplicação dos recursos, já que a gestão da entidade é atribuível ao seu presidente;
- b) as atividades de tesouraria exercidas pela recorrente, nos termos do Regimento [Estatuto] do IEC (peça 1, p. 22), estavam relacionadas à movimentação de numerários, sob as ordens expedidas pelo Presidente, não existindo um ato que concreto que relacione as atividades próprias de tesouraria com a boa e regular gestão dos recursos públicos;
- c) não houve comprovação da participação da recorrente nos ajustes para a nomeação simulada da sra. Eurides Farias Matos como presidente do IEC, reforçando sua ausência de responsabilidade na gestão dos recursos.

Discorda-se do referido entendimento, pelas razões que se passa a expor.

A sra. Caroline da Rosa Quevedo foi citada nestes autos na qualidade de integrante da Diretoria do IEC à época da execução do Convênio 1.141/2008 (peça 22, p. 14). A Primeira Consolidação do Estatuto do Instituto Educar e Crescer, datada de 26/3/2008, assim dispõe (peça 1, pp. 20/8, grifou-se):

“Art. 11º - O IEC será administrado por:

1º Assembléia Geral

2º Presidência

3º Conselho Fiscal

(…)

Art. 17º - A Presidência será constituída por Presidente, Vice-Presidente, 1º secretário e

Tesoureiro, pelo mandato de 2 (dois) anos, a contar do registro deste estatuto, cujas eleições serão realizadas em até 30 (trinta) dias da data de término do mandato.

Art. 18º - Compete à Presidência:

Elaborar e executar o programa anual de atividades;

Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório Anual;

Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;

Contratar e demitir funcionários.

Art. 19º - A Presidência reunir-se-á no mínimo 01(um) vez por mês.

Art. 20º - Compete ao presidente:

(...)

• Manter todo numerário em estabelecimento de crédito, cuja conta será movimentada em conjunto com o tesoureiro;

(...)

Art. 21º - Compete ao Vice-Presidente:

(...)

Parágrafo Único – As funções do Tesoureiro e Secretário serão definidas em ato próprio a ser baixado pelo presidente.

(...)

Art. 39 - De acordo com Assembléia e Ata de Posse, a nova Diretoria está assim constituída:

Presidente	Eurides Farias Matos
Vice Presidente	Ana Paula da Rosa Quevedo
Tesoureira	<u>Caroline da Rosa Quevedo</u>
Secretária	Idalby Cristine Moreno Ramos
Conselho Fiscal	Maria Regina da Rosa Quevedo”

Da leitura dos dispositivos acima, verifica-se que a função da recorrente não consistia apenas em cumprir ordens do Presidente do IEC para a movimentação de numerários. Suas atribuições, como tesoureira, eram muito mais amplas, já que esse cargo integrava a Presidência do IEC, órgão de administração da entidade, ao qual competia, por exemplo, elaborar e executar o programa anual de atividades da instituição e entrosar-se com instituições públicas para mútua colaboração em atividades de interesse comum.

Nesse contexto, a autorização para movimentação de numerários por parte da tesoureira não pode ser vista como mero ato operacional, mas sim como ato de gestão, que, no caso dos pagamentos efetuados com recursos do Convênio 1.141/2008, causou prejuízo aos cofres federais.

Quanto ao argumento do auditor de que não houve comprovação da participação da sra. Caroline da Rosa Quevedo nos ajustes para a nomeação simulada da sra. Eurides Farias Matos como presidente do IEC, cabe destacar, primeiramente, que tal simulação não constou do ofício citatório e não serviu de fundamento para a condenação. De qualquer modo, não prospera o argumento de que a sra. Caroline da Rosa Quevedo, que presidia o IEC antes de a função ser assumida pela sra. Eurides Farias Matos (peça 11, pp. 62/4), não teve participação na nomeação desta para o cargo de Presidente do IEC, já que ela participou ativamente da Quarta Assembleia Extraordinária do IEC, realizada em 2/4/2008, na qual foi eleita a nova Diretoria da entidade (peça 11, pp. 74/6).

Por tais razões, o MP de Contas entende que deve ser mantida, na íntegra, a condenação da sra. Caroline da Rosa Quevedo.

Quanto aos recursos de reconsideração do IEC e das sras. Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo e Ana Paula da Rosa Quevedo, concorda-se com a proposta da Serur para que lhes seja negado provimento.

III

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas manifesta-se no sentido de o TCU conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Caroline da Rosa Quevedo, Instituto Educar e Crescer (IEC), Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo e Ana Paula da Rosa Quevedo contra o Acórdão 4.314/2019-1ª Câmara, e, no mérito, negar-lhes provimento.

Brasília, 27 de março de 2020.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador